

IMGA ALOCAÇÃO MODERADA
FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO



RELATÓRIO E CONTAS
2019

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS.....	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS.....	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO	9
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE	11
ERROS DE VALORIZAÇÃO	12
EVENTOS SUBSEQUENTES	13
NOTAS INFORMATIVAS	14
BALANÇO	17
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	20
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	22
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	25
RELATÓRIO DE AUDITORIA	36

Relatório de Gestão

NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo foi constituído em 14 de agosto de 1995, tendo em 2015 alterado a sua denominação de Millennium Prestige Moderado para IMGA Prestige Moderado, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

No sentido de aproximar a designação comercial à sua Política de Investimento e facilitar uma mais correta perceção do risco, alterou a sua denominação em 11 de janeiro de 2018, passando a denominar-se IMGA Alocação Moderada.

Em 26 de outubro de 2018, realizou-se a fusão por incorporação do fundo “IMGA Dedicado Acumulação – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível” no fundo IMGA Alocação Moderada – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.



SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O desempenho dos mercados financeiros em 2019 foi profundamente antagónico face a 2018, com a quase totalidade das classes de ativos a proporcionar rendibilidades positivas e expressivas. Este comportamento foi particularmente invulgar quando considerados os desenvolvimentos económicos ao longo do ano.

O contributo dos bancos centrais foi essencial para a evolução dos mercados financeiros, com destaque para a quase total inversão de posicionamento da Fed entre as quatro subidas de taxas e a retórica restritiva em 2018 e a postura expansionista comunicada e executada em 2019. São também de salientar os estímulos monetários complementares, implementados por uma multiplicidade de outros bancos centrais a nível global, incluindo a reativação do programa de compras de ativos pelo BCE.

Os estímulos monetários e a deterioração das expectativas inflacionistas contribuíram para o forte movimento descendente das taxas de juro, para níveis sem precedentes. O montante de dívida com yields negativas suplantou em agosto um total de USD 17 triliões, correspondente a 30% do montante total de dívida.

As yields dos *treasuries* caíram de forma expressiva em 2019, de forma mais contundente nas maturidades mais curtas face às mais longas (-77 pb no prazo a 10 anos e -90pb nos Bilhetes do Tesouro a 3 meses), embora insuficiente para alterar a situação de inversão da curva de rendimentos.

No mercado de dívida soberana europeia, a taxa de juro alemã caiu 43pb em 2019, o que reflete uma recuperação nos três últimos meses do ano, imediatamente após atingir um mínimo histórico de -0,74% no início de setembro. A subida subsequente foi maioritariamente impulsionada por fatores como a retração da aversão ao risco e o mecanismo de compensação introduzido pelo BCE, para minimizar o impacto do ambiente de taxas de juro negativas na rendibilidade do setor bancário europeu.

O enquadramento de baixas taxas de juro reforçou a conduta de procura por yield, o que se repercutiu numa transição para emitentes e classes de ativos de perfil mais arrojado.

Este comportamento refletiu-se em estreitamentos generalizados do prémio de risco dos emitentes soberanos europeus, com destaque para a queda de aproximadamente 300pb da taxa de juro grega a 10 anos. As yields de Itália, Portugal e Espanha registaram igualmente estreitamentos do spread face à dívida alemã em virtude das quedas de 133, 128 e de 95pb das respetivas yields a 10 anos.

Os emitentes periféricos beneficiaram ainda do desfecho das eleições legislativas na Grécia (com a maioria absoluta da Nova Democracia, um partido conservador e alinhado com as exigências dos principais credores) e da nova coligação governativa em Itália, que agora une o Movimento Cinco Estrelas e o Partido Democrático (de natureza mais moderada que a Liga do Norte, o anterior parceiro de coligação).

O desempenho positivo do mercado obrigacionista europeu foi generalizado e extensível ao mercado de dívida do setor privado, tendo maior expressão nos segmentos com maior risco de taxa de juro e de maior risco de crédito. Este ambiente de mercado foi aproveitado para a colocação de elevados volumes de dívida e de extensão de maturidades, quer na Europa, quer nos EUA.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve entre os mais bem-sucedidos da classe, beneficiando de valorizações atrativas (após perdas pronunciadas em 2018), de múltiplos cortes de taxas pelos respetivos bancos centrais e da conduta de procura por yield. O perfil de rendibilidades foi, como habitualmente, díspar, com países como a Venezuela, o Líbano e a Argentina a apresentar perdas entre -55% e -24%, pressionados

pelo enquadramento de incerteza política, de fragilidade dos fundamentais e de instabilidade institucional. No espectro contrário, Zâmbia, Ucrânia e República Dominicana ostentaram rendibilidades em dólares superiores a 20%.

O enquadramento de suporte dos bancos centrais, numa conjuntura de abrandamento económico, possibilitou uma combinação pouco habitual de queda das taxas de juro e de forte valorização dos mercados acionistas. Esta classe registou ganhos expressivos em 2019, decorrentes sobretudo da expansão de múltiplos na generalidade das geografias e alguma compressão dos prémios de risco - EUA, Europa, Japão e Mercados Emergentes, tendo o contributo dos resultados empresariais sido negativo nos dois últimos.

O mercado acionista dos EUA liderou nos ganhos, com valorizações superiores a 30% que possibilitaram que não apenas se revertessem totalmente as perdas do 4º trimestre de 2018, como se atingissem novos máximos históricos. O mercado acionista europeu valorizou 26% em 2019, após perdas de 11% em 2018.

Os índices acionistas do Brasil, da Rússia e da China destacaram-se no universo de emergentes, com o índice chinês a beneficiar do reforço do seu peso nos índices MSCI e dos estímulos fiscais, fatores que suplantaram os impactos adversos da disputa comercial com os EUA e da trajetória descendente da economia.

Numa ótica setorial, o comportamento ascendente dos índices acionistas globais favoreceu as valorizações dos setores cíclicos, pese embora o enquadramento macroeconómico descrito. O padrão de valorização beneficiou as empresas de maior capitalização bolsista e de perfil de crescimento.

O clima de incerteza geopolítica e de fragilidade económica global contribuiu para o oitavo ano de ganhos no dólar norte-americano nos últimos dez anos, não obstante a depreciação ocorrida no último trimestre. A moeda única europeia, por sua vez, registou perdas generalizadas face aos seus principais parceiros comerciais pelo quinto ano dos últimos seis, refletindo, entre outros fatores, a frágil dinâmica económica do bloco e o diferencial de taxas de juro entre os EUA e a Europa.

O desempenho das matérias-primas foi positivo em 2019, com o cabaz a beneficiar dos fortes ganhos em energia (+19%), contrastante com os ganhos apenas marginais nos bens agrícolas e industriais. Os metais preciosos valorizaram, beneficiando da queda das taxas de juro reais e do clima de incerteza global.

PRINCIPAIS EVENTOS

Atualização dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela Sociedade

Em fevereiro foi concluído o processo de atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGGA.

Com data de 10 de maio foram publicadas as novas versões dos Prospetos e IFIs, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2018.

Ao longo do ano foram ainda efetuadas as alterações relacionadas, entre outras, com prorrogação das reduções da comissão de gestão e/ou depósito, redução do montante mínimo de subscrição e eliminações de comissões de comercialização, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro, em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A 30 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos geridos pela IMGGA, relativos ao exercício de 2018, tendo os Relatórios e Contas dos fundos referentes ao 1º semestre de 2019 sido publicados a 29 de agosto.

Relatório de Controlo Interno da Sociedade

A 24 de junho foi enviado para o Banco de Portugal o Relatório de Controlo Interno, tendo o mesmo sido submetido junto da CMVM a 27 de junho.

Fusão de Fundos

Em junho, com o objetivo de racionalizar a oferta de fundos e a obtenção de sinergias ao nível da gestão e da política de investimentos, foi aprovada pela CMVM a fusão, por incorporação, do fundo IMGGA Ações Europa no fundo IMGGA Eurocarteira. A fusão concretizou-se no dia 19 de julho, data em que o fundo incorporante (IMGGA Eurocarteira) alterou a sua denominação para IMGGA European Equities.

Com o mesmo objetivo de racionalização, foi efetuada, a 27 de setembro, a fusão por incorporação do fundo IMGGA Alternativo no fundo IMGGA Flexível, tendo este alterado a sua política de investimentos, com a inclusão de um objetivo de retorno de 2,5% face à Euribor 12 m.

Ainda no âmbito deste processo, a partir de 1 de outubro, o Banco Comercial Português assumiu as funções de depositário do fundo.

Fundos do Mercado Monetário

O fundo CA Monetário foi, em junho, o primeiro fundo português do mercado monetário autorizado pela CMVM ao abrigo do Regulamento Europeu dos Fundos do Mercado Monetário.

O fundo IMGA Extra Tesouraria III foi, a 31 de julho, objeto de transformação de OIAVM (Organismo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários) em OICVM (Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários), assumindo nessa data a tipologia de Fundo do Mercado Monetário, de acordo com o novo Regulamento Europeu dos Fundos do Mercado Monetário e alterando a sua denominação para “IMGA Money Market – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário”.

Investimento Socialmente Responsável

Os fundos IMGA Iberia alteraram, em setembro, a sua política de investimento por forma a incorporar fatores ESG (*Environment, Social & Governance*) nos seus critérios de investimento.

No âmbito desse processo, o fundo IMGA Iberia Equities passou a denominar-se IMGA Iberia Equities ESG e o fundo IMGA Iberia Fixed Income alterou a sua denominação para IMGA Iberia Fixed Income ESG.

Com esta evolução, a IMGA alinou os critérios de investimento desses fundos com as novas tendências internacionais de Finanças Sustentáveis, incorporando fatores de natureza ambiental, social e de governo societário.

Outras alterações

Em junho foi alterada a política de investimento, bem como a denominação, do fundo IMGA Prestige Global Bond, que assumiu o nome de IMGA Retorno Global.

Foi ainda alterado o auditor para um conjunto de fundos (IMGA Alternativo, CA Curto Prazo, IMGA Ações Europa, CA Rendimento, CA Monetário e IMGA Flexível), passando a Mazars & Associados, S.R.O.C., S.A. a ser o auditor para todos os fundos de investimento mobiliário sob gestão da IMGA.

Em outubro o fundo IMGA Flexível passou a ser também comercializado junto do BCP.

Em novembro foi autorizada pela CMVM, para um conjunto de fundos de investimento sob gestão, a criação de uma nova categoria de unidades de participação, categoria I, a comercializar exclusivamente pela IMGA.

DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS

No final do ano, o total de ativos sob gestão da IMGA em fundos multiativos, onde se incluem os PPR, ascenderam a 1.122 M€, representativos de um crescimento anual de 9% e cerca de 47% do total de ativos sob gestão.

Para o volume de subscrições registado nesta classe de fundos foram determinantes as rendibilidades alcançadas ao longo do ano, que, na generalidade e à exceção do Seleção TOP, foram significativamente positivas, ultrapassando largamente o registo de 2018. Quer no período de 3 anos, quer a 5 anos, observam-se rendibilidades positivas em todos os fundos desta classe geridos pela IMGA. As vendas líquidas que incluem os PPR, registaram um acumulado de 11M€ e um efeito de mercado de 82M€, fechando num saldo positivo de 93M€.

FUNDOS IMGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	3,25%	1,73%	2	-	-	-	-	-	-
EUROBIC SELEÇÃO TOP	-0,31%	1,40%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA INVESTIMENTO PPR	10,96%	4,29%	3	1,79%	5,16%	4	1,21%	6,08%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	10,87%	4,35%	3	1,87%	5,21%	4	1,48%	5,99%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	7,87%	3,39%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA POUPANÇA PPR	7,27%	2,64%	3	1,25%	3,00%	3	1,18%	3,61%	3
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	7,06%	2,66%	3	1,24%	3,00%	3	1,11%	3,48%	3
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	6,98%	2,98%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA FLEXIVEL CAT A	5,59%	2,19%	3	0,30%	2,85%	3	0,70%	3,54%	3
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	5,28%	2,38%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	18,61%	7,52%	4	3,73%	8,52%	4	2,92%	10,52%	5

Fonte: APFIPP a 31 de dezembro 2019

INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO

O ano de 2019 representou um excelente ano para os fundos multiativos da IMGA, que obtiveram rendibilidades muito atrativas, nomeadamente quando considerado o seu nível de risco, comparando favoravelmente com outras alternativas de investimento.

A estratégia prosseguida pelos fundos multiativos assentou numa gestão do risco da carteira que passou essencialmente pela confiança no mercado acionista, a redução da exposição à taxa variável e ao segmento de alternativos, por contrapartida de um aumento da exposição a taxa fixa, nomeadamente obrigações governamentais e empresariais. Adicionalmente, foi efetuada a gestão ativa das coberturas cambiais, de forma a proteger as carteiras e foi aumentado o grau de diversificação das mesmas, com a adição de exposição ao ouro.

O último trimestre de 2018 foi marcado por um ambiente “*risk off*”, em que os mercados acionistas e de crédito desvalorizaram, tendo 2019 sinalizado o regresso do movimento de adesão ao risco, fortemente patrocinado pela alteração da política monetária dos principais bancos centrais, nomeadamente a Reserva Federal e o Banco Central Europeu (BCE). Estes bancos centrais, que seguiam um caminho de normalização das suas políticas monetárias, tornaram-se mais pacientes e alteraram as suas posturas perante um abrandamento da economia e a incerteza da disputa comercial entre os EUA e a China. Deste modo, suportados por valorizações mais atrativas, bancos centrais mais defensivos, implementação de estímulos à economia chinesa e os avanços nas negociações comerciais entre os EUA e a China, os investidores regressaram aos ativos de risco e promoveram a sua valorização.

A forte valorização dos mercados acionistas, nos primeiros meses do ano, foi aproveitada para reduzir a exposição a ações para níveis de neutralidade face ao *benchmark*, uma vez que os indicadores macroeconómicos mostravam alguma fraqueza, com impacto ao nível das expectativas de resultados das empresas, que eram consecutivamente revistas em baixa. A exposição a obrigações governamentais e empresariais foi, por sua vez, aumentada, dado que transacionavam a níveis atrativos, a ausência de inflação dava latitude para maior suporte por parte dos bancos centrais e a procura de rendimento por parte dos investidores continuaria a suportar a classe. Por outro lado, o baixo retorno potencial das obrigações de taxa variável levou a uma redução da exposição à classe.

A fraqueza dos dados macroeconómicos manteve-se uma constante ao longo da primeira metade do ano, o que aumentaria a preocupação dos bancos centrais e viria a conduzir a uma postura ainda mais defensiva dos mesmos no segundo semestre. Neste contexto, aproveitámos para reforçar seletivamente a componente de dívida pública, nomeadamente na periferia e reduzir a exposição a alternativos, onde acreditávamos que o potencial era inferior. No decorrer do segundo semestre, o BCE acabaria por anunciar um novo programa de compra de obrigações e a Reserva Federal cortaria as taxas de juro de referência em três ocasiões, entre julho e outubro.

Ao nível da gestão de risco, o ano caracterizou-se pela redução do risco acionista e pelo aumento do risco de taxa de juro e de crédito, tanto nos EUA como na Europa. Este posicionamento permitiu-nos aumentar o rendimento do portfolio, ao mesmo tempo que assumimos uma postura ligeiramente mais defensiva num contexto macro em abrandamento e em que os riscos permaneciam no *downside*, nomeadamente devido à disputa comercial entre os EUA e a China, e aos riscos geopolíticos como o *Brexit* e o Irão.

O Fundo IMGA Alocação Moderada apresentou em dezembro de 2019 uma rentabilidade a 1 ano de 10,9%, tendo atingido um valor líquido global de 108,8M€, superior em 7,9% face aos 100,8M€ de dezembro de 2018.

O Fundo registou vendas líquidas negativas de 2,8M€ com subscrições de 32,1M€ e resgates de 34,9M€.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização:

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2019			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2019
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	261.996	156.954	2
Administradores independentes	30.000	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	25.500	-	4
COLABORADORES	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2019
Colaboradores	1.736.557	165.667	34

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos 8.856 € pelos serviços durante o ano de 2018.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e conforme previsto no n.º 1 do art.º 22º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da sociedade, a quem foram pagos 24.600 € pelos serviços prestados.

Em 2019 foi ainda pago o montante de 273.422 € referente a indemnizações, por cessação do contrato de trabalho por comum acordo.

ERROS DE VALORIZAÇÃO

No exercício económico findo em 31 de dezembro de 2019, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo.

A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line with a small loop at the bottom.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2020, em cumprimento do estipulado pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro, a designação social da Sociedade foi alterada para IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A..

A partir de 1 de janeiro de 2020 foi tornada definitiva a isenção de Comissões de Resgate para todos os fundos geridos pela Sociedade.

Na mesma data, foi prorrogada até 30 de junho a redução da Comissão de Gestão aplicável aos Fundos IMGA Euro Taxa Variável e IMGA Rendimento Semestral.

Para o mesmo período foi efetuada uma redução adicional da Comissão de Gestão aplicável aos fundos IMGA Liquidez e IMGA Money Market.

Com a possibilidade introduzida com a nova redação do nº 2 do artigo 139º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), segundo a qual a comissão de gestão pode ser parcialmente destinada a remunerar os serviços prestados pelas entidades comercializadoras, e na sequência da não oposição da CMVM, com data de 2 de março foram alterados os documentos constitutivos dos Fundos de Investimento, prevendo o pagamento da comissão de comercialização diretamente pelos Fundos às respetivas entidades comercializadoras.

A partir de 2 de março, o fundo IMGA Global Equities Selection passou também a ser comercializado pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.



NOTAS INFORMATIVAS

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

IMGA Alocação Moderada

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 14 de agosto de 1995

Sociedade Gestora: - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira em 31 dezembro de 2019: 108 790 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

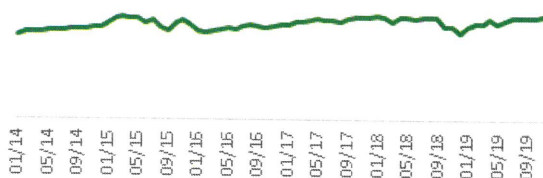
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Rendibilidade	9,1%	-4,5%	10,4%	6,3%	4,0%	1,4%	0,4%	4,3%	-8,5%	10,9%
Risco (nível)	3	3	3	3	4	4	4	3	4	3

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O OIC procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a médio/longo prazo com prémio sobre os instrumentos de mercado monetário, através do investimento equilibrado em OICs de investimento de características diversificadas em termos de classes de ativos, instrumentos financeiros, áreas geográficas e em divisas de investimentos. Para a realização desta política, o OIC investirá, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global em unidades de participação de outros OICs de investimento, incluindo OICs de investimento admitidos à negociação nos mercados regulamentados, nomeadamente ETF's (Exchange Traded Funds) ou outros OICs similares. O OIC pode investir em OICs de investimento administrados pela IM Gestão de Ativos. O OIC pode ainda investir noutros organismos de investimento coletivo em valores mobiliários nos termos legais e regulamentares. Até 1/3 do seu valor líquido global, o OIC poderá investir noutros valores mobiliários, em instrumentos do mercado monetário e em depósitos bancários à ordem ou a prazo não superior a 12 meses. O OIC poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 45% do seu valor global. Independentemente das decisões de investimento que, em cada momento, a entidade responsável pela gestão tome como estratégia de investimento de longo prazo, em função das suas expectativas relativamente aos mercados financeiros, o OIC, tendencialmente investido de forma equilibrada nas componentes abaixo descritas, procurará porém não exceder os seguintes limites máximos em percentagem do seu valor líquido global:

Categoria de ativos / fundos	Máximo
Obrigações Taxa fixa	70%
Ações	66%

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31-dez-15	31-dez-16	31-dez-17	31-dez-18	31-dez-19
Nº UP's em circulação	14.451.838,8945	12.106.386,1825	10.951.074,3326	12.099.691,4172	11.780.579,4976
Valor Unitário UP (Euros)	8,6993	8,7359	9,1087	8,3293	9,2348

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2019		2018		2017		2016	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	8.777	15,3	12.776	7,9	16.923	31,1	18.080	5,7
Mercados União Europeia	Alemanha	1.995		1.733		72		555	
	Áustria	23		241		98			
	Bélgica			248		49			
	França	8.952		7.769		12.347		12.052	
	Espanha	4.244		5.404		3.381		1.713	
	Luxemburgo	39.178		35.854		37.515		43.997	
	Irlanda	11.784		13.329		8.281		6.237	
	Itália	8.823		253		96			
	Holanda	55		278		97			
	Grécia	2.694							
	Reino Unido	5.215		10.589		10.214		11.982	
	Dinamarca	19		56					
	Suecia			46					
	sub-total	82.982	53,6	75.800	37,2	72.199	31,5	76.536	27,3
Outros Mercados	EUA	13.365		8.216		6.544		7.259	
	Singapura					20			
	Suiça	113		205		49			
	sub-total	13.478	5,0	8.216	7,2	6.564	14,8	7.259	0,0
Total		105.237	73,9	96.792	52,3	95.686	77,4	101.875	33,0

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

31.12.2019	
Valores mobiliários	105.236.739,68
Saldos bancários	2.936.729,76
Outros ativos	1.366.438,53
Total dos ativos	109.539.907,97
Passivos	749.455,75
Valor Líquido de Inventário	108.790.452,22

TÍTULOS EM CARTEIRA

Descrição dos títulos	(valores em Euro)						
	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	851.696	46.549	20.640	877.606	-	877.606	1%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	14.580.260	436.580	204.324	14.812.516	147.522	14.960.038	14%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	80.515	32.657	-	113.172	-	113.172	0%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	85.362.139	5.643.162	1.571.856	89.433.446	-	89.433.446	85%
TOTAL	100.874.610	6.158.949	1.796.820	105.236.740	147.522	105.384.261	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)	
Rendimentos	
Rendimento do investimento	456.739
Outros rendimentos	240.047
As mais-valias de investimentos	111.801.713
Custos	
Custos de gestão	(1.319.721)
Custos de depósito	(52.612)
Outros encargos, taxas e impostos	(144.630)
As menos-valias de investimentos	(100.076.256)
Custos de negociação	(76.439)
Lucro líquido	10.828.841
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	32.066.818
Resgates	(34.886.498)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

	(Valores em Euro)		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Valor Líquido Global do Fundo	108.790.452	100.781.291	99.749.746
Valor Unitário da UP	9,2348	8,3293	9,1087

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Descritivo	(Valores em Euro)				
	31.12.2018	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2019
Operações Cambiais	10.819.476	2.095.779.765	(2.103.086.972)	(176.755)	3.512.269
Operações Sobre Taxas de Juro	(6.661.962)	2.049.016.473	(2.040.333.738)	(334.192)	2.020.773
Operações Sobre Cotações	1.546.648	12.748.964	(14.295.612)	(1.068.966)	-

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019



(valores em Euro)

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO						PASSIVO				
Código	Designação	31.12.19			31.12.18		Código	Designação	Períodos	
		Bruto	Mv	mvP	Líquido	Líquido			31.12.19	31.12.18
	Outros Ativos									
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM									
33	Ativos Intangíveis das SIM									
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>									
	Carteira de Títulos									
21	Obrigações									
22	Ações	11 299 623	193 873	(79 066)	11 414 430			7 930 038		
23	Outros Títulos de Capital	4 212 848	321 914	(145 898)	4 388 864			6 812 646		
24	Unidades de Participação									
25	Direitos	85 362 139	5 643 162	(1 571 856)	89 433 446			79 335 770		
26	Outros Instrumentos da Dívida									
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>100 874 610</u>	<u>6 158 949</u>	<u>(1 796 820)</u>	<u>105 236 740</u>			<u>94 078 454</u>		
	Outros Ativos									
31	Outros ativos									
	<i>Total de Outros Ativos</i>									
	Terceiros									
411+...+418	Contas de Devedores	1 216 331			1 216 331			2 901 788		
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>1 216 331</u>			<u>1 216 331</u>			<u>2 901 788</u>		
	Disponibilidades									
11	Caixa									
12	Depósitos à Ordem	2 936 730			2 936 730			2 153 113		
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso							2 000 000		
14	Certificados de Depósito									
18	Outros Meios Monetários									
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>2 936 730</u>			<u>2 936 730</u>			<u>4 153 113</u>		
	Acréscimos e diferimentos									
51	Acréscimos de Proveitos	147 522			147 522			118 746		
52	Despesas com Custo Diferido									
53	Outros acréscimos e diferimentos	2 586			2 586			10 414		
59	Contas transitórias ativas									
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>150 108</u>			<u>150 108</u>			<u>129 159</u>		
	TOTAL DO ATIVO	<u>105 177 779</u>	<u>6 158 949</u>	<u>(1 796 820)</u>	<u>109 539 908</u>			<u>101 262 515</u>		
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>11 780 579</u>			<u>12 099 691</u>		
	Capital do OIC									
61	Unidades de Participação							58 761 175		60 352 895
62	Variações Patrimoniais							28 769 718		29 997 678
64	Resultados Transitados							10 430 718		19 888 591
65	Resultados Distribuídos									
67	Dividendos Antecipados das SIM									
66	Resultados Líquidos do Período							10 828 841		(9 457 873)
	<i>Total do Capital do OIC</i>							<u>108 790 452</u>		<u>100 781 291</u>
	Provisões Acumuladas									
481	Provisões para Encargos									
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>									
	Terceiros									
421	Resgates a Pagar a Participantes							251 248		113 071
422	Rendimentos a Pagar a Participantes									
423	Comissões a Pagar							126 164		115 598
424+...+429	Outras contas de Credores							367 739		249 234
43+12	Empréstimos Obtidos									
44	Pessoal									
46	Acionistas									
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>							<u>745 151</u>		<u>477 902</u>
	Acréscimos e diferimentos									
55	Acréscimos de Custos							4 305		3 321
56	Receitas com Proveito Diferido									
58	Outros Acréscimos e Diferimentos									
59	Contas transitórias passivas									
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>							<u>4 305</u>		<u>3 321</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO							<u>109 539 908</u>		<u>101 262 515</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação							<u>9,2348</u>		<u>8,3293</u>

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		31.12.19	31.12.18
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	2 510 793	10 819 476
	<i>Total</i>	<u>2 510 793</u>	<u>10 819 476</u>
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	2 020 773	
	<i>Total</i>	<u>2 020 773</u>	
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros	3 725 031	8 818 068
	<i>Total</i>	<u>3 725 031</u>	<u>8 818 068</u>
Compromissos de Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	<u>8 256 597</u>	<u>19 637 543</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>11 101 662</u>	<u>13 933 382</u>

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		31.12.19	31.12.18
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	1 001 476	
	<i>Total</i>	<u>1 001 476</u>	
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		6 661 962
	<i>Total</i>		<u>6 661 962</u>
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros	10 100 186	7 271 420
	<i>Total</i>	<u>10 100 186</u>	<u>7 271 420</u>
Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	<u>11 101 662</u>	<u>13 933 382</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>8 256 597</u>	<u>19 637 543</u>

Demonstração dos Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31.12.19	31.12.18			31.12.19	31.12.18
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
711+718	Juros e Custos Equiparados			812+813	Juros e Proveitos Equiparados		
719	De Operações Correntes	9	144	811+814+827+818	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	238 731	96 343
	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Correntes	290	295
	Comissões e Taxas				De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	74 868	90 059	822+...+824+825	Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	1 390 215	1 381 656	829	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	456 739	321 854
729	De Operações Extrapatrimoniais				De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras			832+833	Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 857 461	64 021 586	831+838	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	15 501 681	55 122 100
731+738	Outras Operações Correntes			839	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	97 218 795	40 238 273		Em Operações Extrapatrimoniais	96 300 032	40 815 210
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e			851	Provisões para Encargos		
	Incrementos Patrimoniais	14 825	32 063	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1 026	5 929
7412+7422	Impostos Indirectos	107 949	50 248				
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>112 498 499</u>	<u>96 361 731</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	5 536	5 576				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>101 669 658</u>	<u>105 819 604</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		1
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		<u>1</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>10 828 841</u>		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		<u>9 457 873</u>
	TOTAL	<u>112 498 499</u>	<u>105 819 604</u>		TOTAL	<u>112 498 499</u>	<u>105 819 604</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	13 264 821	(8 571 347)	F - E	Resultados Eventuais		1
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(918 763)	576 937	B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	10 951 615	(9 375 562)
B-A	Resultados Correntes	10 828 841	(9 457 873)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	10 828 841	(9 457 873)

Demonstração de fluxos de caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-19		31-dez-18	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:				
Subscrição de unidades de participação	32 066 818	32 066 818	25 009 258	25 009 258
...				
PAGAMENTOS:				
Resgates de unidades de participação	34 748 321	34 748 321	14 639 922	14 639 922
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(2 681 503)		10 369 336
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:				
Venda de títulos e outros ativos	45 748 702	122 262 889	15 592 125	121 074 432
Reembolso de títulos e outros ativos	2 080 000		0	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	73 921 234		105 173 016	
Rendimento de títulos e outros ativos	307 846		273 306	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	205 107		35 985	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:				
Compra de títulos e outros ativos	47 062 216	118 267 942	27 547 489	128 812 770
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	71 132 003		101 181 992	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	73 126		81 635	
Outras taxas e comissões	535		887	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	62		768	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		3 994 948		(7 738 338)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:				
Juros e proveitos similares recebidos		41 982 826		42 813 637
Operações cambiais	2 737 778		5 272 650	
Operações de taxa de juro	1 682 866		1 308 857	
Operações sobre cotações	17 670 990		26 206 957	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	19 891 192		10 025 173	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:				
Juros e custos similares pagos		43 029 849		43 686 043
Operações cambiais	2 914 534		5 943 846	
Operações de taxa de juro	2 017 058		1 339 704	
Operações sobre cotações	18 589 391		25 692 582	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	19 504 316		10 705 359	
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	4 551		4 551	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(1 047 024)		(872 406)



(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-19		31-dez-18	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:				
Cobranças de crédito vencido		443		143
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	443		142	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes	1		1	
PAGAMENTOS:				
Despesas com crédito vencido		1 484 273		1 467 923
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	24		169	
Comissão de gestão	1 362 586		1 295 447	
Comissão de depósito	54 501		51 816	
Taxa de supervisão	13 873		16 164	
Impostos e taxas	53 289		104 326	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	1		1	
Fluxo das operações de gestão corrente		(1 483 830)		(1 467 781)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:				
Ganhos extraordinários		1 025		5 929
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	1 025		5 929	
PAGAMENTOS:				
Perdas extraordinárias		0		0
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		1 025		5 929
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(1 216 383)		296 739
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		4 153 113		3 856 373
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		2 936 730		4 153 113

Anexo às demonstrações financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Alocação Moderada – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 14 de agosto de 1995, tendo iniciado a sua atividade nessa data. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio/longo prazo com prémio sobre os instrumentos de mercado monetário, através do investimento equilibrado (direta ou indiretamente) em instrumentos financeiros de características diversificadas em termos de classes de ativos, áreas geográficas e divisas.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo **Banco Comercial Português, S.A.**

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, é de quatro euros e noventa e nove cêntimos.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido. Ao valor obtido será deduzida a respetiva comissão de resgate.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)						
	31.12.2018	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31.12.2019
Valor base	60 352 895	17 753 009	(19 344 730)				58 761 175
Diferença p/Valor Base	29 997 678	14 313 809	(15 541 768)				28 769 718
Resultados acumulados	19 888 591				(9 457 873)		10 430 718
Resultados do período	(9 457 873)				9 457 873	10 828 841	10 828 841
SOMA	100 781 291	32 066 818	(34 886 498)	-	-	10 828 841	108 790 452
Nº de Unidades participação	12 099 691	3 557 587	(3 876 699)				11 780 579
Valor Unidade participação	8.3293	9.0137	8.9991				9.2348

Em 31 de dezembro de 2019 existiam 14 615 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2019	31-12-19	9,2348	108 790 452	11 780 579
	30-09-19	9,1273	104 605 875	11 460 814
	30-06-19	8,9508	107 646 065	12 026 438
	31-03-19	8,6336	104 189 207	12 067 943
Ano 2018	31-12-18	8,3293	100 781 291	12 099 691
	30-09-18	9,0891	109 316 064	12 027 181
	30-06-18	9,0279	105 591 380	11 696 239
	31-03-18	9,1920	101 080 847	10 996 709
Ano 2017	31-12-17	9,1087	99 749 746	10 951 074
	30-09-17	8,9802	100 865 525	11 232 112
	30-06-17	8,9329	101 142 960	11 322 566
	31-03-17	8,8909	102 922 308	11 576 265

Em 31 de dezembro de 2019, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs \geq 25%	-
10% \leq UPs < 25%	-
5% \leq UPs < 10%	-
2% \leq UPs < 5%	-
0.5% \leq UPs < 2%	5
UPs < 0.5%	5 627
TOTAL	5 632

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2019, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	27 488 534	-	25 550 166	-	53 038 700	-
Obrigações Diversas	13 974 291	-	10 720 720	-	24 695 011	-
Ações	5 513 343	-	8 645 607	-	14 158 950	-
Unidades de Participação de Fundos Harmonizados	71 257 126	-	73 355 209	-	144 612 335	-
Direitos	-	-	7 847	-	7 847	-
Total	118 233 294	-	118 279 549	-	236 512 843	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)		
Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	32 137 288	-
Resgates	34 886 498	1 025

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição dos títulos	(valores em Euro)					
	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Ações						
B.Comercial Português-Nom.	95 024	1 723	-	96 747	-	96 747
Corticeira Amorim-SGPS	54 303	13 520	-	67 823	-	67 823
EDP-Energias de Portugal SA	165 019	20 774	-	185 793	-	185 793
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	132 758	8 226	-	140 984	-	140 984
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	24 252	2 306	-	26 558	-	26 558
NOS, SGPS, SA	116 953	-	(5 430)	111 523	-	111 523
Navigator CO Sa/The	153 422	-	(8 761)	144 661	-	144 661
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	109 967	-	(6 449)	103 517	-	103 517
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 1.75% 01/07/24	2 233 111	31 699	-	2 264 810	18 864	2 283 674
BTPS 2.45% 01/10/23	2 072 749	85 779	-	2 158 529	12 226	2 170 754
BTPS 3.% 01/08/29	3 299 822	-	(74 782)	3 225 040	34 981	3 260 021
BTPS 3.35% 01/03/35	1 076 094	-	(4 284)	1 071 810	9 968	1 081 778
GGB 3.45% 02/04/24	1 033 252	929	-	1 034 181	23 875	1 057 856
Hellenic Republic 3.5% 30/01/23	1 530 750	73 885	-	1 604 635	46 900	1 651 535
Hellenic Republic 4.375% 01/08/22	53 845	1 581	-	55 426	908	56 334
-Ações						
3i Group Plc.	29 619	462	(373)	29 708	-	29 708
ACS-Activ.Constr.y Servicios SA	136 901	-	(1 788)	135 114	-	135 114
Acerinox S.A.	89 527	4 886	-	94 413	-	94 413
Airbus Group NV	28 554	3 544	-	32 098	-	32 098
Allianz AG Holding	34 366	5 383	-	39 749	-	39 749
Arkema	28 638	-	(2 771)	23 864	-	23 864
Ashtead Group Plc	22 977	6 248	-	29 224	-	29 224
BAYER AG Reg	44 205	-	(11 149)	33 056	-	33 056
Banco Santander SA	167 277	-	(3 415)	163 863	-	163 863
Brembo SPA	24 534	-	(2 116)	22 419	-	22 419
CIA de Distribucion Integral	124 926	-	(1 250)	123 675	-	123 675

Descrição dos títulos	(valores em Euro)					
	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Ações						
CRH PLC (IE)	44 156	12 488	-	56 644	-	56 644
CaixaBank SA	141 123	12 529	-	153 652	-	153 652
Cie Automotive SA	129 008	-	(12 647)	116 362	-	116 362
Construccion Y Auxiliar de Ferricarriles SA	92 079	663	-	92 742	-	92 742
Danone, Groupe SA	34 855	5 790	-	40 645	-	40 645
DiaSorin SpA	23 262	2 242	-	25 503	-	25 503
Ebro Foods Sa	99 852	3 600	-	103 452	-	103 452
Ence Energia y Celulosa SA	164 337	-	(15 511)	148 826	-	148 826
Engle	27 730	2 208	-	29 938	-	29 938
Erste Bank Der Oester Spark	23 711	-	(1 259)	22 452	-	22 452
Fluidra SA	129 958	9 596	-	139 544	-	139 544
GRIFOLS SA	62 081	21 775	-	83 856	-	83 856
GlaxoSmithKline Plc.	32 048	12 093	-	44 140	-	44 140
Grupo Catalana Occidente SA	120 031	-	(8 109)	111 922	-	111 922
ING Groep N.V.-CVA	22 972	-	(292)	22 680	-	22 680
Iberdrola SA.	137 247	-	(2 099)	135 148	-	135 148
Inditex SA	105 955	32 268	-	138 223	-	138 223
Indra Sistemas SA.	85 566	16 926	-	102 492	-	102 492
Intesa Sanpaolo Spa	28 899	927	-	29 826	-	29 826
LVMH- Moet Hennessy Louis Vuitton SA.	32 864	17 668	-	50 532	-	50 532
Lloyds TSB Group.	17 747	1 931	-	19 677	-	19 677
MTU Aero Engines AG	18 478	5 709	-	24 187	-	24 187
Masmovil Ibercom SA	84 515	8 866	-	93 381	-	93 381
Merlin Properties Socimi SA	115 207	9 815	-	125 022	-	125 022
PANDORA A/S	35 750	-	(16 318)	19 432	-	19 432
Prosegur Comp de Seguridad	171 415	-	(18 562)	152 852	-	152 852
Reckitt Benckiser Group Plc	33 133	1 488	(907)	33 714	-	33 714
Repsol YPF SA	145 482	1 201	-	146 683	-	146 683
Royal Dutch Shell Plc-A (XAMS)	36 729	-	(1 119)	35 611	-	35 611
SAP SE.	21 662	6 854	-	28 516	-	28 516
Safran SA.	21 598	3 317	-	24 915	-	24 915
Sanofi	30 482	4 739	-	35 221	-	35 221
Schneider Electric SE.	21 477	6 888	-	28 365	-	28 365
Smurfit Kappa PLC..	24 249	9 805	-	34 054	-	34 054
Telecom Italia Spa.	33 522	-	(8 386)	25 136	-	25 136
Telefonica (Espana) SA	98 926	-	(16 238)	82 688	-	82 688
Total SA	34 787	785	-	35 572	-	35 572
Unibail-Rodamco-Westfield	22 048	-	(951)	21 098	-	21 098
Vivendi SA	23 607	4 924	-	28 531	-	28 531
Volkswagen AG. - PFD	22 568	5 101	-	27 670	-	27 670
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Ações						
Nestle SA-Reg	40 829	12 748	-	53 577	-	53 577
Roche Holding AG-Genuss	39 686	19 909	-	59 595	-	59 595
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Euro Taxa Variável - FIM	1 377 766	9 970	-	1 387 736	-	1 387 736
IMGA Iberia Equities - FIM	122 390	-	(4 274)	118 116	-	118 116
IMGA Iberia Fixed Income - FIM	58 025	3 247	-	61 273	-	61 273
IMGA Liquidez - FIM	380 177	-	(241)	379 937	-	379 937
IMGA Rendimento Mais - FIM	1 023 084	17 809	-	1 040 894	-	1 040 894
IMGA Rendimento Semestral - FIM	4 887 679	23 382	-	4 911 061	-	4 911 061
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	266 137	3 284	-	269 421	-	269 421
AMUNDI EUROPE EQUITY MULTI	1 223 411	123 177	-	1 346 587	-	1 346 587
Aberdeen Standard SICAV I - Frontier Markets Bond Fund	1 015 208	49 383	-	1 064 591	-	1 064 591
Alken Fund-Small Cap Eu-Eur1	1 009 265	51 576	-	1 060 842	-	1 060 842
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	2 099 157	82 104	-	2 181 261	-	2 181 261
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	1 001 054	52 015	-	1 053 069	-	1 053 069
Artemis Funds Lux-US Select	822 702	21 026	(11 644)	832 084	-	832 084
BGF-US Dollar Core BD - I2 EURH	834 788	45 421	-	880 210	-	880 210
BlueBay Inv GR Euro GV-EUR	371 300	37 991	-	409 291	-	409 291
CAN Long Short Credit-C	257 814	2 204	-	260 018	-	260 018
COMGEST GROWTH AS X JPN-EIA	1 006 831	71 855	-	1 078 686	-	1 078 686
Candriam Bonds E High Yellid -I C	1 089 528	33 827	-	1 123 355	-	1 123 355
Comgest Growth EME Mkt-EIA EUR	174 815	5 076	-	179 891	-	179 891
DNB-TMT ABSOLUTE RET-AIEUR	468 068	-	(11 979)	456 089	-	456 089
DPAM-L-Bonds EUR Corporate High Yield	1 037 894	14 667	-	1 052 560	-	1 052 560
Fidelity - Asian Spec - Y A Eur	993 350	122 232	-	1 115 582	-	1 115 582
Fidelity Fund-Emer M YA EUR	174 209	9 433	-	183 642	-	183 642
Fidelity Special Situations FND	430 934	60 618	-	491 553	-	491 553
GAMCO International SICAV - Merger Arbitrage - I	390 401	2 805	-	393 205	-	393 205
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	969 906	68 229	-	1 038 135	-	1 038 135
Goldman Sachs Absolute Return Tracker	194 943	6 882	-	201 826	-	201 826
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	414 488	177	-	414 665	-	414 665
ISHARES EUR GOV INDEX FD IE INST EUR	4 168	355	-	4 523	-	4 523
Intermoney Variable Euro	1 822 001	-	(21 877)	1 800 123	-	1 800 123
Invesco Goldman Sachs Equity Factor Index Europe UCITS ETF (1)	418 071	15 364	-	433 436	-	433 436
Ishares \$ TIPS UCITS ETF	453 897	64 721	-	518 618	-	518 618
Ishares FTSE 100 ACC	358 495	65 246	-	423 741	-	423 741
Ishares JPM USD EMBND USD D	137 225	2 787	(1 809)	138 203	-	138 203
JO Hambro - Euro Sel Val - Eur - A	2 963 498	11 900	-	2 975 397	-	2 975 397
JO Hambro Capital Management Umbrella Fund PLC - Continental European Fund (1)	1 236 197	148 113	-	1 384 310	-	1 384 310
JPM Japan Equity (C) ACC EUR	700 182	9 407	-	709 589	-	709 589
JPM US SM Companies C Accused	901 317	182 232	-	1 083 549	-	1 083 549
JPMorgan Investment Funds - US Bond Fund	727 708	109 871	-	837 578	-	837 578
Janus Henderson HF-Euroland FD I2 EUR	1 197 402	127 176	-	1 324 578	-	1 324 578
LFP - La Francaise Sub Debt C EUR ACC	1 075 036	2 285	-	1 077 321	-	1 077 321
LYXOR EPSILON GLOBAL TR-IE	189 063	4 797	-	193 860	-	193 860

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
Lemanik SICAV-GLOB STR-I-EUR						
Lindsell Train Global Funds PLC - Japanese Equity	192 473	862	-	193 335	-	193 335
Lyxor ETF S&P 500-A	710 589	-	(6 186)	704 403	-	704 403
MFS Meridian-European Equity Fund	3 424 629	343 290	-	3 767 919	-	3 767 919
Magna New Frontiers FD-NE	2 612 300	389 753	-	3 002 053	-	3 002 053
Majedie Asset Management UK Equity Fund	996 533	54 922	-	1 051 455	-	1 051 455
Matthews AF-PA TIG - I USD CAP	418 824	49 329	-	468 153	-	468 153
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	1 009 294	89 407	-	1 098 700	-	1 098 700
NN L-EMMK DB HC-HC	4 128 915	171 302	-	4 300 217	-	4 300 217
NN L-Euro Credit -IC	995 574	53 162	-	1 048 736	-	1 048 736
NORDEA 1 EUR HGH YLD-B-EUR	4 297 099	131 146	-	4 428 235	-	4 428 235
Nordea I Sic - Corp BD-B-EUR	1 101 530	25 454	-	1 126 984	-	1 126 984
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	4 233 360	131 274	-	4 364 634	-	4 364 634
Robecco Flex-O-Rent-IE	226 416	15 951	-	242 367	-	242 367
SISF - JAPANESE OPPORT - C YEN -A	326 924	-	(2 184)	324 740	-	324 740
Schroder Intl Eur GV BD C AC	2 057 512	109 374	(1 457 698)	709 188	-	709 188
Standard Life Investments Global SICAV - European Smaller Companies Fund	368 659	26 934	-	395 593	-	395 593
T. Rowe Price-US SML	992 422	144 955	-	1 137 378	-	1 137 378
T. ROWE PRICE-US EQUITY FUND(I)	791 419	281 839	-	1 073 258	-	1 073 258
T. Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	733 463	98 187	-	831 650	-	831 650
TT EMERGING MKTS EQ-I	935 249	34 297	-	969 546	-	969 546
Threadneedle European SE-9EEUR	174 831	11 661	-	186 492	-	186 492
Threadneedle Lux - European Smaller Companies	1 106 462	292 418	-	1 398 880	-	1 398 880
Threadneedle UK Fund - EZNA	947 872	158 745	-	1 106 617	-	1 106 617
Vanguard S&P 500 UCITS ETF	429 915	61 294	-	491 209	-	491 209
Vanguard-Euroz IN LK IND-IN - UCITS	3 387 974	354 208	-	3 742 182	-	3 742 182
WILLIAMBLAIR-US SMLJC USD	3 057 940	182 574	-	3 240 514	-	3 240 514
Wellington-US Research Eq-A	877 129	189 274	-	1 066 403	-	1 066 403
iShares Physical Gold ETC	774 188	74 910	(12 477)	836 621	-	836 621
<i>OIC domiciliados E. não membro UE</i>	2 205 488	6 707	(41 488)	2 170 707	-	2 170 707
Acadian European Equity-UCITS	2 894 552	209 791	-	3 104 343	-	3 104 343
ISH EDGE MSCI ERP MLFCTR	2 673 030	287 498	-	2 960 528	-	2 960 528
TOTAL	100 874 610	6 158 949	(1 796 820)	105 236 740	147 522	105 384 261

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi o seguinte:

Descrição	31.12.2018	Aumentos	Reduções	31.12.2019
Depósitos à ordem	2 153 113	1 922 357 769	1 921 574 152	2 936 730
Depósitos a prazo e com pré-aviso	2 000 000	-	2 000 000	-
TOTAL	4 153 113	1 922 357 769	1 923 574 152	2 936 730

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei nº 56/2018, de 9 de julho e alterado pela Lei nº 35/2018, de 20 de julho.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) O valor das unidades de participação será calculado com base no último valor divulgado e/ou conhecido no momento de referência.
- f) O valor das unidades de participação admitidas à negociação em mercado será avaliado com base no último preço de mercado disponível no momento de referência. Não existindo ou não sendo representativo, utilizar-se-á o último valor conhecido e/ou divulgado pela respetiva sociedade gestora, ou, na impossibilidade da sua obtenção, aplicar-se-á o disposto na alínea j).
- g) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- h) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- i) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- j) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- k) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- l) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

A partir de 1 de julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC. O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC (e.g. declaração Modelo 22, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

Com a introdução do Orçamento do Estado para 2019 – Lei n.º 71/2018, de acordo com o artigo 319.º, é revogado o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20/86. Assim sendo, passam a estar sujeitas a imposto do selo a

generalidade das comissões praticadas nas operações com fundos de investimento. Até dezembro de 2018 encontravam-se isentas nomeadamente as comissões de gestão, de comercialização, de subscrição, de resgate e de depósito, sendo que a partir de 2019, estas deverão ser sujeitas a imposto do selo.

Nestes termos, entendemos que todas as comissões relativas a fundos cobradas e pagas pelo IMGA e sobre as quais não incida IVA têm de passar, a partir de 01.01.2019, a ter IS à taxa de 4% (verba 17.3.4 da TGIS).

No que diz respeito aos impostos diferidos, o OIC, em 30 de junho de 2015, no âmbito do regime transitório aplicável previsto do Decreto-Lei n.º 7/2015, foram registados impostos diferidos passivos sobre o valor total das mais-valias apuradas à data de referência assumindo a compensação de mais e menos valias potenciais. Os impostos diferidos passivos representaram um encargo para o Fundo e foram registados na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Provisões do período – Provisões para encargos” ou “Reposição e anulação de provisões – Provisões para encargos”, por contrapartida da rubrica do Balanço “Provisões para encargos”. O valor apurado é exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	(Valores em Euro)						
	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações	439 985	679 982	1 119 967	-	-	200 912	200 912
Obrigações	190 687	388 986	579 673	91 209	147 522	-	238 731
Direitos	982	211 900	212 882	-	-	-	-
Unidades de participação	8 881 080	4 708 078	13 589 158	-	-	255 827	255 827
Outros ativos	-	74 208 398	74 208 398	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	290	-	-	290
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Futuros de moeda	-	2 737 778	2 737 778	-	-	-	-
Taxa de Juro	-	1 682 866	1 682 866	-	-	-	-
Futuros	-	1 682 866	1 682 866	-	-	-	-
Cotações	-						
Futuros	-	17 670 990	17 670 990	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES							
Comissões de subscrição/resgate	-	-	-	1 025	-	-	1 026
TOTAL	9 512 734	102 288 979	111 801 713	92 525	147 522	456 739	696 786

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações	65 870	386 867	452 738	-	-	-
Obrigações	79 066	132 859	211 925	-	-	-
Direitos	982	354 618	355 599	-	-	-
Unidades de participação	138 979	1 698 220	1 837 199	-	-	-
Outros ativos	-	73 697 813	73 697 813	-	-	-
Depósitos	-	-	-	9	-	9
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Futuros de moeda	-	2 914 534	2 914 534	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	2 017 058	2 017 058	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	18 589 391	18 589 391	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	1 200 984	118 736	1 319 721
de Depósito	-	-	-	47 863	4 749	52 612
de Supervisão	-	-	-	12 663	2 577	15 240
de Carteira de títulos	-	-	-	74 868	-	74 868
Outras	-	-	-	2 642	-	2 642
TOTAL	284 897	99 791 359	100 076 256	1 339 030	126 063	1 465 092

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2019 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2019	31.12.2018
Impostos indiretos:		
Imposto do selo	107 949	50 248
Impostos pagos no estrangeiro:		
Dividendos de acções	14 825	32 043
Dividendos de unidades participação	-	20
TOTAL	122 774	82 311

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 dezembro de 2019, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Moedas	À Vista	A Prazo				Total a prazo	Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções		
CHF	130 454	-	-	-	-	-	130 454
DKK	201 907	-	-	-	-	-	201 907
GBP	1 731 463	-	-	-	-	-	1 731 463
JPY	180 517 459	-	(122 120 000)	-	-	(122 120 000)	58 397 459
SEK	489	-	-	-	-	-	489
USD	12 220 059	-	2 820 625	-	-	2 820 625	15 040 684
Contravalor Euro	14 540 485	-	1 509 317	-	-	1 509 317	16 049 802

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 1 a 3 anos	56 334.22	-	-	-	-	56 334
de 3 a 5 anos	7 163 819	-	-	-	-	7 163 819
mais de 7 anos	4 341 798.44	-	-	-	-	4 341 798

(Valores em Euro)

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	4 388 864	(6 375 155)	-	(1 986 291)
UP's	89 433 446	-	-	89 433 446

14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

De acordo com o artigo 17º do regulamento da CMVM 2/2015, o cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através da abordagem baseada nos compromissos.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 apresentam a seguinte composição

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	1 372 509	1,30%
Comissão de Depósito	54 898	0,05%
Taxa de Supervisão	15 240	0,01%
Custos de Auditoria	5 535	0,01%
Encargos outros OIC	587 233	0,56%
Outros Custos Correntes	1 607	0,00%
TOTAL	2 037 022	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		1,93%

(1) Média relativa ao período de referência

16. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018.

Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **IMGA Alocação Moderada – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (o “OIC”) sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 109 539 908 euros e um total de capital do OIC de 108 790 452 euros, incluindo um resultado líquido de 10 828 841 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **IMGA Alocação Moderada – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto**, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC e da respetiva Entidade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE G, 5º ANDAR, , PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

ESTRADA DE LEIRIA, 212, EDIFÍCIO PINUS PARK, FRAÇÃO X, 2430-901 MARINHA GRANDE, PORTUGAL
TEL.: + 351 24 457 49 60 - FAX: + 351 24 45749 79 - E-MAIL: MAZARSLEIRIA@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 20161394 - REGISTADA NA CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 155 500,00 €



Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 31 de dezembro de 2019, cerca de 96% do valor do ativo do OIC.</p> <p>Os critérios de valorização da carteira de títulos encontram-se detalhados na Nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os quais se encontram em conformidade com o disposto no Regulamento de Gestão e têm por base o Regulamento CMVM nº 2/2015 (replicado pelo Regulamento CMVM nº 13/2018).</p> <p>Esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p> <p>O valor dos ativos financeiros registado na carteira de investimentos do OIC por referência a 31 de dezembro de 2019 não se encontra afetado pelo potencial efeito que a pandemia Covid-19 venha a provocar, sendo este considerado um evento não ajustável. Nesta data, não é possível antecipar as consequências que a pandemia COVID-19 terá na economia a nível mundial, e por consequência não é possível estimar com fiabilidade o impacto que esta situação irá ter no futuro justo valor dos ativos em carteira e por consequência na futura situação financeira do OIC (no valor do mesmo e da respetiva Unidade de Participação).</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas; • Para os instrumentos financeiros de valor significativo, com pressupostos de avaliação não observáveis mediante recurso a fontes de valorização representativas, recorreremos à execução de procedimentos de avaliação alternativos; e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias

- relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
 - declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 10 de maio de 2016 para completar o mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos nomeados pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 25 de julho de 2018 para um segundo mandato compreendido entre os anos de 2018 e 2020;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 29 de abril de 2020.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, fomos contratados para prestar ao OIC os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - Trabalho de revisão com vista à emissão de parecer independente sobre a conformidade do cálculo da Taxa de Encargos Correntes realizado pela Entidade Gestora com referência ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 69º do Regulamento n.º 2/2015 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (repblicado pelo Regulamento CMVM nº 13/2018).

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro e republicada pelo Decreto-Lei n.º 56/2018, de 9 de julho, deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimento e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não temos nada a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2020

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)